

CRECISP assina convênio com Ministério Público Federal de SP



“Tínhamos um grande problema em ter laudos de avaliação imobiliária e agora esse problema acaba de ser sanado.” A declaração é do Procurador Chefe do Ministério Público Federal em SP, Thiago Lacerda Nobre, ao assinar o acordo de cooperação entre o MPFSP e o CRECISP. A exemplo do que já foi acertado com diversos órgãos públicos e instituições, a parceria pretende disponibilizar o trabalho de corretores de imóveis avaliadores para o atendimento das demandas imobiliárias do Ministério.

O procurador assinou o

documento na sede do Conselho e se mostrou muito entusiasmado com a possibilidade de poder contar com especialistas na emissão de Pareceres Técnicos de Avaliação Mercadológica (PTAM) utilizados tanto no âmbito administrativo, na avaliação dos imóveis da instituição, como na atividade finalística do MPF, ou seja, os processos e investigações. “Com o parecer do CRECISP, temos uma metodologia correta e certificada para nos dar um suporte técnico, para que a gente possa trabalhar no corpo das nossas investigações e processos de forma segura.”

Dessa forma, as próximas demandas do grupo de Avaliadores do CRECISP vindas do MPFSP poderão ser incluídas em inquéritos e investigações, determinando o valor efetivo de propriedades que, supostamente, estejam sendo utilizadas para lavagem de dinheiro e corrupção. “É um trabalho de grande peso em prol de toda a sociedade. Sem dúvida, vamos realizar essas avaliações com a certeza de estarmos contribuindo para mais celeridade no trâmite destes processos”, afirmou o presidente do Conselho, José Augusto Viana Neto.

Fiscalização flagra 10 pseudocorretores em plantão



Uma blitz realizada pelo Departamento de Fiscalização do CRECISP visitou um plantão de vendas na Zona Leste da Capital e autuou 10 pessoas por exercício ilegal da profissão. A ação aconteceu no dia 23/02 e contou com a participação de 10

agentes do Conselho e o apoio da Polícia Militar.

Quatro gerentes responsáveis pelas equipes também foram autuados pela facilitação ao exercício ilegal da profissão e por obstruírem o trabalho dos fiscais.

Além dessas irregularidades,

foram encontradas inconsistências na lista da “roleta”, que ordena o atendimento dos corretores. No total, 56 autos de constatação foram emitidos pelos agentes.

O presidente do Conselho, José Augusto Viana Neto, afirmou que as blitzes serão intensificadas. “Ações como essa confirmam a importância desse trabalho para que consigamos evitar que pessoas sem habilitação atendam famílias e causem prejuízos a quem sonha com a casa própria. É fundamental que a própria sociedade denuncie e que exija a credencial do profissional, antes de fechar o negócio.”